

NOTÍCIAS DA ASCT

Sexta-feira

04 de abril de 2025

Edição nº 01/2025

Ciclo de Debates: C&T pensando o Brasil

A ASCT iniciou o Ciclo de Debates “C&T Pensando o Brasil”.

Trata-se de um projeto em parceria com o Coletivo Reindustrialização, por meio do qual, nosso Diretor de Eventos, Sérgio Knnor, tem organizado com o objetivo de promover o debate de temas estratégicos do nosso país dos quais também participam as carreiras de C&T.

A ASCT reforça seu compromisso com a divulgação dos trabalhos e promoção de encontros entre pessoas que possam atuar em conjunto conosco para propor melhorias à sociedade brasileira, pensando a execução de políticas públicas mais efetivas e equitativas.



O primeiro tema “Investimentos em CT&I: alavancando o setor privado com apoio do setor público” contou com a abertura da Presidente da ASCT, Ana Paula Volpe e a moderação de Verena Hitner, doutora em Desenvolvimento. Como palestrantes, participaram o ex-presidente da ASCT e analista em C&T, Hideraldo Almeida, a professora doutora da UFPE, Carol Leandro, e a especialista no tema, Lilian Amaral.

O debate pode ser acessado pelo canal da ASCT no YouTube:

<https://www.youtube.com/watch?v=0fTvkQz-EiQ>

O segundo tema “Geopolítica, Inteligência e a Era das plataformas: como governos e sociedades devem agir?” contou com a abertura do tecnologista Rubens Caetano e moderação de Tatiana Farah. Os palestrantes foram Augusto Gadelha, presidente da CEITEC Semicondutores, James George e Carol Pereira, especialistas em Inteligência Artificial.

A transmissão ocorreu ao vivo no Canal no dia 20 de março às 20h. O debate pode ser acessado no link

<https://www.youtube.com/watch?v=BsiHOJvZxQs>



O terceiro debate terá como tema “Eficiência Energética como Motor para a Competitividade e Sustentabilidade”, no dia 24 de abril às 20h.

A Diretoria da ASCT, envolvida no debate do processo de reestruturações das carreiras que ocorre atualmente dentro do Poder Executivo, também iniciará debates específicos que tratam tanto da atuação específica dos servidores das três carreiras de C&T (gestão, desenvolvimento tecnológico e pesquisa) que hoje encontram-se lotados em vários Ministérios e Instituições de Pesquisa, quanto abordará temas para a melhoria da nossa carreira, como Escola de Governo, tipologia de desenvolvimento Crescimento Profissional em “W”, diferentes tipos de estrutura remuneratória, limites e possibilidades do Reconhecimento de Resultados de Aprendizagem (RRA), regras de progressão, entre outros.

O primeiro deles será sobre a intersetorialidade e a transversalidade das políticas públicas e a articulação das carreiras de C&T das diferentes áreas e setores para enfrentar problemas públicos complexos. Em breve disponibilizaremos a data e o link de acesso.

Tabela Salarial em BI

A ASCT recebeu a colaboração de nosso colega Leonardo Bezerra da CNEN, especialista em dados, que elaborou um BI com as tabelas de remuneração da nossa carreira para os próximos anos.

A tabela está disponível no link da [Microsoft Power BI](#).



CLASSE	Padrão	Classe 2024	VB	Ad. Orç.	GDACT Int	GDACT Ind	RT/GQ	Remuneração
ESPECIAL	III	TECARIO 3	R\$ 5.087,67	R\$ 6.000	R\$ 1.017,60	R\$ 256,40	R\$ 4.309,63	R\$ 16.748,70
ESPECIAL	II	TECARIO 3	R\$ 4.921,53	R\$ 6.000	R\$ 984,80	R\$ 246,20	R\$ 3.998,76	R\$ 16.151,29
ESPECIAL	I	TECARIO 3	R\$ 4.881,71	R\$ 6.000	R\$ 960,00	R\$ 240,20	R\$ 3.941,91	R\$ 16.166,23
C	III	TECARIO 2	R\$ 4.691,26	R\$ 6.000	R\$ 909,60	R\$ 238,60	R\$ 3.791,66	R\$ 16.240,30
C	V	TECARIO 2	R\$ 4.670,54	R\$ 6.000	R\$ 902,40	R\$ 229,60	R\$ 3.740,54	R\$ 16.240,30
C	IV	TECARIO 2	R\$ 4.552,30	R\$ 6.000	R\$ 878,40	R\$ 219,60	R\$ 3.673,90	R\$ 16.240,30
C	III	TECARIO 2	R\$ 4.441,23	R\$ 6.000	R\$ 848,80	R\$ 212,20	R\$ 3.590,23	R\$ 16.402,42
C	II	TECARIO 2	R\$ 4.230,60	R\$ 6.000	R\$ 806,40	R\$ 206,40	R\$ 3.424,20	R\$ 16.152,94
C	I	TECARIO 2	R\$ 4.120,73	R\$ 6.000	R\$ 804,00	R\$ 201,00	R\$ 3.315,73	R\$ 16.067,75
B	VI	TECARIO 1	R\$ 3.976,34	R\$ 6.000	R\$ 775,20	R\$ 193,80	R\$ 3.202,34	R\$ 15.963,30
B	V	TECARIO 1	R\$ 3.873,10	R\$ 6.000	R\$ 756,40	R\$ 188,60	R\$ 3.114,10	R\$ 15.884,90

Reunião com os novos servidores

A ASCT, em parceria com a Coordenação-Geral de Pessoas (CGGP) do MCTI, promoveu uma reunião no dia 26 de fevereiro *on-line* para que candidatos aprovados no Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) do MCTI tirassem suas principais dúvidas.

A reunião contou com uma apresentação da ASCT e de seu papel na intermediação e representação dos servidores em questões de interesse coletivo. A Coordenadora-Geral de Pessoas, Andrea Ribeiro, esclareceu aos participantes que o MCTI espera o resultado final e as orientações do MGI para iniciar, juntamente com a Comissão Especial de Concurso os procedimentos de coleta de documentação e lotação dos aprovados. Entretanto, o MGI já adiantou que as nomeações ocorrerão somente após a aprovação da LOA.

Até o fechamento dessa edição, não há novidades sobre o cronograma de posse e sobre a lotação dos novos servidores. Apenas que o MCTI assinalou ao MGI que as nomeações ocorram em maio. A ASCT disponibilizará as informações assim que definidas.



Fonte: <https://www.politize.com.br/assedio-no-trabalho/>

Contra o Assédio e a Discriminação no local de trabalho

O MCTI publicou o Plano Setorial de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação no âmbito por meio da Portaria MCTI nº 8.885, de 22 de janeiro de 2025. Tal medida é essencial para todos trabalhadores vinculados ao ministério e de suma importância visto os acontecimentos de um passado recente.

Contudo, a composição da Rede de Acolhimento e do Comitê não se observa a presença dos maiores interessados e afetados pelo tema, quais sejam os trabalhadores. Esperando em se tratar de um equívoco da gestão aliada ao governo do Partido dos Trabalhadores, a ASCT protocolou um Ofício solicitando a sua inclusão no processo de Acolhimento e dos processos de gestão do Plano, afinal a redação final não contou com a colaboração das entidades presentes na Mesa Setorial da Pasta.

A presidente da ASCT, Ana Paula Volpe, participou de reunião com o Assessor Especial de Controle Interno, Fernando Roriz Marques Cardoso, com a Ouvidora, Paula Paes Montandon Vasconcelos e o titular da Comissão de Ética, Felipe Sugimoto. Os representantes do MCTI foram receptivos à participação da ASCT no Comitê, porém trouxe ressalvas legais para a participação da ASCT para a participação no Acolhimento.

É importante destacar que a ASCT foi muito atuante, durante o mandato do governo Bolsonaro, quando o Assédio Institucional prejudicou dezenas de colegas. A ASCT possui uma equipe jurídica que auxiliou e reverteu todos os processos onde foram constatadas perseguições políticas e descabidas. A respeito disso o [Relatório do Grupo Técnico de CT&I da Comissão de Transição Governamental](#) foi claro:

“Houve o crescimento vertiginoso de abertura de Processos Administrativos Disciplinares (PADs), cuja proliferação gerou um ambiente de forte insegurança para a prática de atos de gestão que compõem o repertório corriqueiro de procedimentos da máquina administrativa” – Relatório de Transição (p.29)

O aceite da participação da ASCT é fundamental para garantir que essa importante iniciativa não seja capturada por integrantes do corpo institucional que sejam coniventes com práticas de Assédio e Discriminação, conforme ocorram as naturais alternâncias de governo e ideologias, inerente ao ambiente democrático.

Na avaliação da presidente “É impossível não temer, daqui há dois anos, um governo similar ao de Trump aqui no Brasil tamanha a polarização política no país e no mundo. É bem possível que ocorram medidas como encerramento dos programas de diversidade, fim do Programa de Gestão, congelamento de gastos, privatizações e demissões ocorram de forma sistemática a prejudicar o serviço público brasileiro. Já vivemos isso uma vez e não deixaremos repetir o assédio e a anti-ciência neste MCTI. Essa é a nossa Casa, local em que trabalhamos a bem do serviço público e da sociedade brasileira. A estabilidade funcional nos torna a última trincheira contra o desmonte de políticas públicas para o desenvolvimento econômico e social, mas é preciso garantir a saúde mental dos trabalhadores, afinal, o processo de assédio geralmente desestabiliza as pessoas”.

A ASCT quer garantir que os espaços de Acolhimento e de gestão e monitoramento do Plano não se torne meramente formal e pouco efetivo ao longo dos anos. Dessa forma, é preciso a participação e escuta ativa da representação dos trabalhadores do MCTI nesse processo.



É preciso inclusive acordo político para que sempre as indicações institucionais contemplem servidores da Casa com perfil para tratar a temática com a devida seriedade.

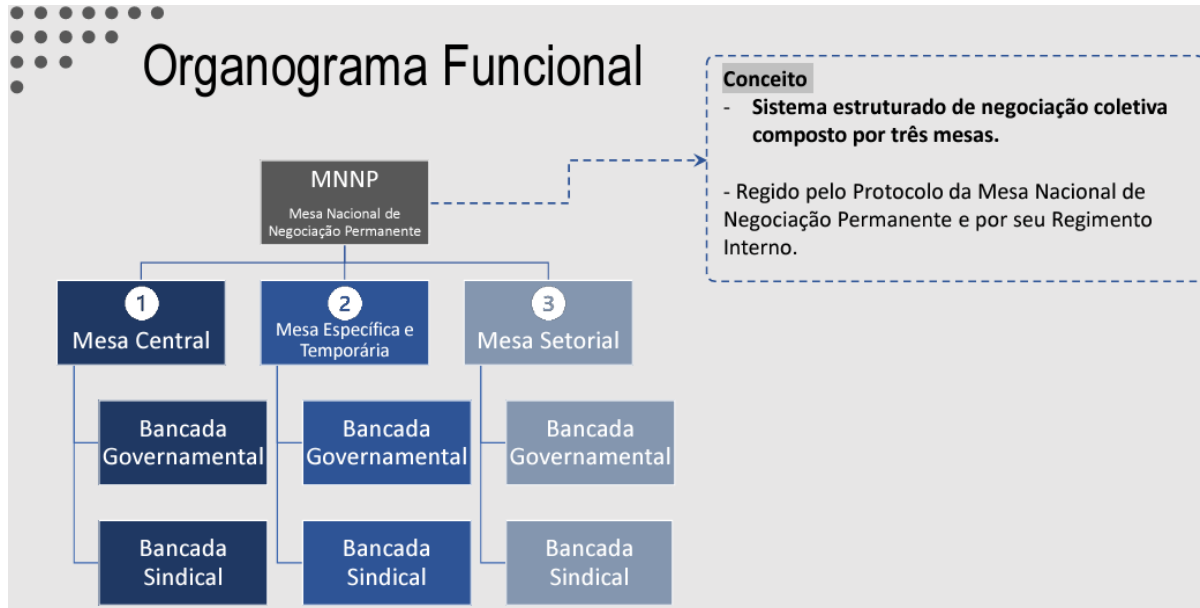
Em 2022, a ASCT preparou uma cartilha **“O Assédio Institucional - O que é? Como enfrentar?”** em conjunto com a Anfipea para todos os servidores sobre esse tema, como forma de orientar sobre a prática que estava ocorrendo no MCTI.

A ASCT se coloca à disposição da atual gestão para a construção de estratégias para consolidar uma política de valorização do corpo técnico, afinal até o presente momento não houve sequer a implementação de ações recomendadas para o órgão pela consultoria contratada por mais de 250 mil reais relativa a **“Pesquisa de Engajamento e Qualidade de Vida no Trabalho para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações”** a qual constatou desvalorização e ambiente hostil.

Lembremos das recomendações: i. Desenvolvimento das lideranças, com foco em práticas de gestão; ii. Desenvolvimento e fortalecimento de equipes; iii. Integração entre equipes e áreas; iv. Desenvolvimento de práticas de reconhecimento; v. Alinhamento interno sobre o trabalho remoto; vi. Verificação acerca de possíveis mudanças na próxima licitação para terceirizados considerando as demandas identificadas na pesquisa.

“[...] os trabalhadores também precisam ser cidadãos: devem ter direito a voz, a acesso, a bem-estar, a experimentarem um trabalho com sentido e com possibilidades concretas de reconhecimento. De outra forma, não alcançaremos nem o engajamento dos trabalhadores, nem a efetividade organizacional” - Diagnóstico de Engajamento e Qualidade de Vida no Trabalho no MCTI (p.49).

Não adianta despender dinheiro público para identificar o problema e não trabalhar nas soluções coletivas para a melhoria organizacional. Atualmente, mais de 100 servidores estão atuando fora do órgão e muitos conquistaram diferentes e profícuas trajetórias profissionais porque inexistente uma política de retenção e valorização de talentos das carreiras de C&T dentro do órgão.



Algumas Categorias do Poder Executivo organizadas em sindicatos e federações

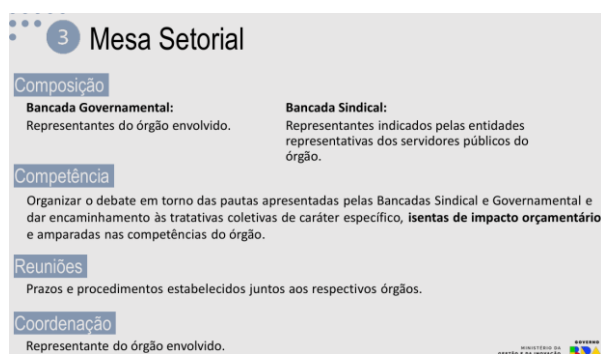
Sindicato Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – SINPRF
 Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais – (FenaPRF)
 ANESP Sindical
 Afipea-Sindical
 Assecor-Sindical
 Sindicato Nacional dos Servidores da CVM
 SINDIFISCO
 Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (FENAFISCO)
 UNACON SINDICAL – Sindicato dos auditores e técnicos federais de finanças e controle
 Fórum Nacional Permanente das Carreiras Típicas de Estado - Fonacate

As Negociações em 2025 e o futuro da representação das carreiras de C&T

Em 20 de fevereiro de 2025, a [Mesa Central de Negociação Permanente \(MNNP\)](#) com entidades representativas dos servidores públicos foi retomada. E a bancada sindical apresentou as [principais reivindicações do funcionalismo com sete itens prioritários](#).

Com uma pauta conjunta, a bancada sindical apresentou as principais reivindicações do funcionalismo. Protocolada no dia 31 de janeiro junto ao governo, a pauta traz sete itens prioritários.

Nessa arena, a C&T é sub-representada, uma vez que apenas o Sindicato Nacional dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial (SINDCT), que abrange servidores do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DTCA) e o Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN), possuem assento, concedidos a Sindicatos.



A **Mesa Setorial**, por sua vez, é aquela composta pelos representantes do órgão, no caso MCTI, e os representantes indicados pelas entidades representativas dos servidores públicos do órgão a fim de discutir **pautas de caráter específico sem impacto orçamentário**. Nela cabem demandas pertinentes ao dia-a-dia dos trabalhadores da C&T como o estabelecimento de políticas contra o assédio, melhoria de normas e regimentos e promoção de iniciativas em prol dos colaboradores.

É importante fazer o resgate histórico dos acontecimentos tanto da Mesa Setorial como da Mesa Específica e Temporária vivenciado em 2024 para aprendizado e estratégia política de fortalecimento das

carreiras de C&T, reconhecendo o erro estratégico de aliança associativa dos últimos anos.

A Mesa Setorial no MCTI só foi designada em maio de 2024, após 16 meses de governo dos trabalhadores. E veio depois de muita discussão entre nossa representação e a gestão, quando a ASCT aliou-se ao coletivo de Associações denominadas Fórum de C&T contra a letargia da gestão, a qual se beneficiava em dividir os trabalhadores oriundos de diferentes pastas ministeriais.

A intermediação da Secretaria das Relações de Trabalho (SRT) do MGI foi necessária e impediu o absurdo da presença da Associação dos servidores de outro Ministério numa Mesa estratégica para a valorização dos servidores de C&T.

Entretanto, a nova Portaria de Instalação da Mesa Setorial cometeu um equívoco em designar o Fórum de C&T como o ator responsável pelas indicações na Mesa, que só foi sentido mediante os desabores ocorridos na Mesa Específica e Temporária.

Mesa Setorial em 2024

A redação da Portaria da Mesa Setorial - [Portaria MCTI nº 7.797, de 08.01.2024](#), prevê em seu art. 5º “A Bancada Sindical será composta por 5 (cinco) representantes, titulares e suplentes, indicados pelo Fórum Nacional das Entidades Representativas das Carreiras de C&T. (Art. 5º com redação dada pela [Portaria MCTI nº 8.119, de 19.04.2024](#))”

Em razão do Fórum de C&T ser instituição informal, inexistente no mundo jurídico, bem como por não deter regras democráticas e claras, como Regimento Interno para a transparência nas decisões entre as entidades que o compõe, fere a legalidade representativa e prejudica as associações que não possuem a autonomia da indicação. Visando superar a questão, a ASCT, desde setembro de 2024, realizou uma proposta para superar as dificuldades de representação entre os servidores e entidades, adotando critério técnico e de relacionamento direto com a representação dos servidores, **formalmente constituídas**, dos diferentes órgãos do MCTI. Assim, a sugestão é de alteração é para que as representações de cada órgão da rede MCTI (Administração Central, Unidades de Pesquisa, CNEN, CNPq e AEB) tenham indicações autônomas.

A ideia de uma Mesa com esta composição é a oportunidade para discussões mais estratégicas que nos envolvem enquanto corpo técnico da CT&I do país. Entretanto, durante a última reunião da Mesa Setorial, a visão da gestão do MCTI é que a Mesa deve ser tratada apenas para assuntos internos de gestão, como ação contra assédio, valorização do corpo funcional, políticas para promoção da saúde, resolução de conflitos, entre outros.

Preocupa-nos o espaço vazio, há anos, do **Conselho do Plano de Carreira de Ciência e Tecnologia (CPC)**, previsto no Art. 16 da Lei nº 8.691/93, com a finalidade de assessorar o Ministro Chefe da Presidência e o Ministro da Ciência e Tecnologia na elaboração da Política de Recursos Humanos para a área de Ciência e Tecnologia.

Na visão da presidente: “Ocorre uma Reforma Administrativa silenciosa por meio de Portaria e Decretos, para extinguir, remanejar e, até por Lei, propor novas estruturas de carreiras. A partir dos movimentos do governo em 2024, já podemos inferir o início de um processo de desvalorização dos cargos de nível médio e a criação de novo paradigma de estrutura de carreira como a de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa, a de Desenvolvimento das Políticas de Políticas Sociais e a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, que inclusive, se aproximam muito em atribuições, muito bem pontuadas pela Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais (ANDEPS) em [Nota sobre os conflitos conceituais](#).”

Dessa forma, é preciso que tenhamos a ciência dos processos em curso que vão mudar a estrutura de planejamento da força de trabalho da Esplanada e da formas de gerir carreiras, num processo de centralização sem discussão prévia com as categorias. Assim, a Mesa Setorial é importante arena de debate e articulação entre associações para fortalecer a luta dos trabalhadores pela valorização.

Processo de sindicalização como alternativa

No contexto das relações de trabalho, a estrutura jurídica de um Sindicato é muito mais robusta que de uma Associação, porque envolve maior legitimidade e permite realizar os acordos coletivos de trabalho.

A representação associativa fragmentada da C&T, justamente por sua transversalidade organizacional (e não de gestão), tem atrasado o movimento necessário de fortalecimento das carreiras do setor. É muito ruim o ambiente em que cada Associação fala por si ou que poucas tentam falar por todas. Não há sincronia de movimentos políticos para que as mudanças sejam certeiras e suficientes para melhorar nossa situação.

Gostariamos de deixar essas reflexões para que nossos filiados amadureçam a decisão referente a nossa representação no contexto mais amplo da Administração Pública.



Fonte: <https://iprcbrasil.com.br/blog/discriminacao-no-ambiente-de-trabalho>

EXPEDIENTE

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MCTI - ASCT

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente – **Ana Paula Sampaio Volpe**
Diretor Financeiro-Administrativo – **Ivalmar Jorge Freire**
Diretora de Estudos Estratégicos e Assuntos Profissionais – **Higor Thales Rocha Lopes**
Diretor Assuntos Parlamentares, Articulações Institucionais – **Elzivir Azevedo Guerra**
Diretora de Eventos, Esportes e Saúde no Trabalho – **Sergio Knorr Velho**
Suplentes:
Sergio Brito
Joelmo Jesus de Oliveira
Sheila Miranda

Conselho Fiscal:

Hideraldo Luiz de Almeida
Fabio Alexandre Barreto da Silva
Natalia Aurélio Vieira
Suplentes:
Maria Joana Ribeiro da Silva
Evando Cardoso Boaventura

Funcionário:

Gabriel Machado

E-mail: asct@asct.org.br Website: <https://www.asct.org.br/>

Telefone: (61) 2033-7680 ou 7483 / (61) 99996-6501 whatsapp

Instagram: [asct.mcti](https://www.instagram.com/asct.mcti)

Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco "E" Subsolo - Brasília - DF - CEP: 70067-900



A Urgente Necessidade de Respeito e Inclusão no MCTI

A decisão de contratação no serviço público depende de uma série de fatores externos à gestão administrativa das organizações públicas. A disponibilidade orçamentária, aliada à ideologia política dos governos, tem sido um fator preponderante na determinação da expansão ou retração dos serviços públicos. No atual governo, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) está prestes a integrar 296 novos analistas em Ciência e Tecnologia, que terão como atribuições o planejamento e a formulação de políticas e projetos para o desenvolvimento científico e tecnológico do país. Paradoxalmente, gestão política da pasta tem se mostrado refratária ao discurso de inclusão e de respeito aos trabalhadores.

É preciso discutir com seriedade e maturidade os rumos da ausência de uma política de valorização dos servidores da C&T. Em 2023, o MCTI contratou uma consultoria da Universidade de Brasília que expôs a gravidade do problema e seu impacto no clima organizacional e na saúde dos trabalhadores. Desde então, nada foi feito para melhorar essa situação; pelo contrário, agrava-se pela prática autoritária de impedir a saída de servidores em busca de ascensão profissional em outros órgãos. Isso é prejudicial para todos, pois são cerca de 100 servidores fora do órgão.

Este texto visa conscientizar o público sobre as más práticas de gestão, com o objetivo de impedir sua repetição e gerar o embaraço necessário para promover a mudança. Devemos abordar a falta de profissionalismo e a ausência de uma cultura de feedback dentro do MCTI.

No final de março de 2025, um servidor público negro foi exonerado de um cargo de chefia, tendo sido informado pela publicação no diário oficial da união durante uma viagem de trabalho. A situação se agrava quando a indicação política para o cargo em questão tem um currículo insuficiente até mesmo para posições de nível médio na pasta.

Em um órgão político, a nomeação é uma decisão discricionária, mas torna-se embaraçosa quando a função exige conhecimento técnico específico.

A situação se torna ainda mais constrangedora ao refletirmos sobre a questão racial no órgão e pela falta de liderança que incentive a inclusão, reconhecendo e promovendo exemplos de superação das desigualdades entre seu quadro de funcionários. A atual gestão tem replicado um autoritarismo típico da desumanização capitalista que tanto critica. Surge então a pergunta: como o MCTI planeja recepcionar os novos ingressantes?

Ministra Luciana, sua gestão precisa de medidas que respeitem os servidores públicos de carreira.